



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2020, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 79 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 3.717 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 19.322 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25%

do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros. A Instituição possui participação societária nas empresas BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Serel Participações em Imóveis S.A. e Tecnologia Bancária S.A.

Rio de Janeiro, RJ, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades.....	4	53	56	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		14.392.933	100.051
Instrumentos Financeiros.....		18.116.258	3.906.680	- Recursos de Instituições Financeiras.....	13	14.392.933	100.051
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	561.896	98.003	Provisões		948.731	932.909
- Títulos e Valores Mobiliários	6	16.231.166	2.388.585	- Outras Provisões.....	14	948.731	932.909
- Operações de Crédito	7	1.262	1.878	Impostos Diferidos	24	178.815	198.330
- Outros Instrumentos Financeiros	11	1.321.934	1.418.214	Outros Passivos	16	84.151	144.307
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(295)	(298)	Total do Passivo		15.604.630	1.375.597
- Operações de Crédito	7	(295)	(298)	Patrimônio Líquido			
Créditos Tributários	24	658.792	647.259	- Capital Social	17	3.87.000	3.087.000
Investimentos em Controladas e Coligadas	8	377.143	359.386	- Reservas de Lucros	17	628.433	618.310
Imobilizado de Uso	9	721	790	- Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.993	3.113
Intangível.....	10	586	586	Total do Patrimônio Líquido		3.717.426	3.708.423
Depreciações e Amortizações.....		(1.038)	(1.052)				
- Imobilizado de Uso.....	9	(465)	(500)				
- Intangível.....	10	(573)	(552)				
Outros Ativos	12	171.701	172.478				
Valor Recuperável de Ativos		(1.865)	(1.865)				
Total do Ativo		19.322.056	5.084.020	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		19.322.056	5.084.020

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre	2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira		226.304	305.893	151.282
Operações de Crédito	7	267	350	1.755
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	226.037	305.543	149.527
Despesas da Intermediação Financeira		(139.189)	(243.127)	5.179
Operações de Captações no Mercado	13	(139.189)	(243.127)	5.179
Resultado da Intermediação Financeira		87.115	62.766	146.103
Reversão/(Despesa) de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(24)	3	662
- Operações de Crédito	7	(24)	3	662
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		87.091	62.769	146.765
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		12.419	19.462	13.757
Despesa de Pessoal.....	18	(1.192)	(4.319)	(9.152)
Outras Despesas Administrativas.....	19	(4.797)	(8.585)	(6.489)
Despesas Tributárias.....	20	(2.653)	(6.390)	(11.389)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	8	10.708	18.376	15.210
Outras Receitas Operacionais.....	21	17.528	40.831	65.121
Outras Despesas Operacionais.....	22	(7.810)	(20.546)	(66.023)
(Despesa)/Reversão de Provisões	15	635	95	26.479
- Trabalhista.....		(155)	(390)	601
- Fiscais		-	-	14.339
- Cíveis		790	485	11.539
Resultado Operacional		99.510	82.231	160.522
Resultado Não Operacional.....		682	1.885	7.355
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		100.192	84.116	167.877
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(39.864)	(4.665)	34.243
Lucro Líquido.....		60.328	79.451	202.120
Lucro por ação em R\$.....		388,05	511,06	1.300,12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	60.328	79.451	202.120
Outros Resultados Abrangentes	2	(1.120)	(791)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2	(1.120)	(791)
Resultado Abrangente do Exercício.....	60.330	78.331	201.329

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2018.....	3.087.000	204.115	330.075	3.904	-	3.625.094
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(791)	-	(791)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	202.120	202.120
Destinações: - Reservas	-	10.107	74.013	-	(84.120)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(118.000)	(118.000)
Saldos em 31.12.2019.....	3.087.000	214.222	404.088	3.113	-	3.708.423
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.120)	-	(1.120)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	79.451	79.451
Destinações: - Reservas	-	3.972	56.609	-	(60.581)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(50.458)	-	(4.542)	(55.000)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(14.328)	(14.328)
Saldos em 31.12.2020.....	3.087.000	218.194	410.239	1.993	-	3.717.426
Saldos em 30.6.2020.....	3.087.000	215.178	367.255	1.991	-	3.671.424
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2	-	2
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	60.328	60.328
Destinações: - Reservas	-	3.016	42.984	-	(46.000)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(14.328)	(14.328)
Saldos em 31.12.2020.....	3.087.000	218.194	410.239	1.993	-	3.717.426

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	100.192	84.116	167.877
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(139)	6.879	(48.561)
(Despesas)/Reversão de Provisão para Perdas Esperadas	24	(3)	(662)
Depreciação e Amortização.....	46	97	136
Reversão de Provisão por Desvalorização de Ativos	(329)	(821)	(8.321)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(10.708)	(18.376)	(15.210)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	5.931	18.378	16.905
Perdas por Impairment de Ativos	4.897	7.603	(41.184)
Outros	-	1	(225)
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	100.053	90.995	119.316
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	-	-	302.522
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	450.338	(13.847.430)	(978.279)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	364	664	19.875
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	111.078	90.152	136.393
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	(265.246)	14.292.881	100.051
Aumento/(Redução) em Provisões	6.622	15.821	10.057
Aumento/(Redução) em Outros Passivos.....	(7.814)	(128.504)	(12.497)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.007)	(8.320)	(28.419)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	389.388	506.259	(330.982)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	15.281	4.298	(3.448)
Dividendos Recebidos.....	-	90	103
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	-	(58)	(70)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	16	16	-
Aquisição de Intangível.....	-	-	(12)
Alienação de Investimento.....	34	34	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	15.331	4.380	(3.427)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(46.750)	(22.207)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(46.750)	(22.207)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	404.719	463.890	(356.616)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	157.230	98.059	454.675
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	561.949	561.949	98.059
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	404.719	463.890	(356.616)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades.

O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do BERJ evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do BERJ.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação. As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro de 2020				Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	38.935	15.958	41.467	96.360	91.720	4.640	106.825	5.659
Letras financeiras do tesouro	-	38.935	15.958	15.305	70.198	70.396	(198)	76.365	(1)
Moedas de privatização	-	-	-	26.162	26.162	21.324	4.838	30.460	5.660
Títulos privados	5.982	3.303.629	40.818	12.784.377	16.134.806	16.181.794	(46.988)	2.281.760	(1.391)
Letras financeiras	5.982	3.303.629	36.145	12.655.448	16.001.204	16.046.156	(44.952)	2.281.760	(1.391)
Letras imobiliárias garantidas	-	-	4.673	128.929	133.602	135.638	(2.036)	-	-
Total geral	5.982	3.342.564	56.776	12.825.844	16.231.166	16.273.514	(42.348)	2.388.585	(4.268)

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro de 2020				Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	5.982	3.342.564	56.776	12.786.580	16.191.902	16.238.907	(47.005)	2.358.125	(1.392)
Letras financeiras	5.982	3.303.629	36.145	12.655.448	16.001.204	16.046.156	(44.952)	2.281.760	(1.391)
Letras financeiras do tesouro	-	38.935	15.958	2.203	57.096	57.113	(17)	73.365	(1)
Letras imobiliárias garantidas	-	-	4.673	128.929	133.602	135.638	(2.036)	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	39.264	39.264	34.608	4.656	30.460	5.660
Moedas de privatização	-	-	-	26.162	26.162	21.324	4.838	30.460	5.660
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	13.102	13.102	13.284	(182)	-	-
Total geral	5.982	3.342.564	56.776	12.825.844	16.231.166	16.273.515	(42.349)	2.388.585	(4.268)

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro	
	2020		2020	2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	7.710		12.649	90.625
Títulos de renda fixa.....	223.224		300.497	17.718
Perdas permanentes.....	(4.897)		(7.603)	41.184
Total	226.037		305.543	149.527

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS

a) Modalidades e prazos

	Curso normal							Em 31 de dezembro de 2020 (A)		Em 31 de dezembro de 2019 (A)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		%		%	
Outros créditos.....	596	70	71	168	110	200	1.215	100,0	1.753	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2020	596	70	71	168	110	200	1.215	100,0			
Total geral em 31 de dezembro de 2019	232	127	121	786	300	187			1.753	100,0	

	Curso anormal					Em 31 de dezembro de 2020 (B)		Em 31 de dezembro de 2019 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias		%		%
Outros créditos.....	9	9	-	12	8	38	100,0	15	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9	9	-	12	8	38	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	6	4	2	3	-	15		15	100,0

	Curso anormal					Em 31 de dezembro de 2020 (C)		Em 31 de dezembro de 2019 (C)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		%	%	
Outros créditos.....	9	-	-	-	-	-	9	100,0	110	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9	-	-	-	-	-	9	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	7	7	7	21	42	26			110	100,0

	Total geral		Em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)		Em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)	
		%		%		%
Outros créditos.....	1.262	100,0	1.262	100,0	1.878	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	1.262	100,0				
Total geral em 31 de dezembro de 2019			1.878	100,0		

b) Modalidades e níveis de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
											%		%
Outros créditos.....	26	-	584	336	39	-	-	-	277	1.262	100,0	1.878	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	26	-	584	336	39	-	-	-	277	1.262	100,0	1.878	100,0
%.....	2,1	-	46,2	26,6	3,3	-	-	-	21,8				
Total geral em 31 de dezembro de 2019	-	484	816	258	-	56	-	-	264			1.878	100,0
%.....	-	25,8	43,5	13,7	-	3,0	-	-	14,0				

c) Faixa de vencimento e níveis de risco

l) Níveis de risco

	Níveis de risco									Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		% (1)		% (1)
Operações em curso anormal (3)													
Parcelas vencidas.....	-	-	-	-	4	-	-	-	5	9	100,0	110	100
1 a 30.....	-	-	-	-	4	-	-	-	5	9	100,0	7	6,4
31 a 60.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6,4
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6,4
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	18,4
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	37,6
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	24,8
Parcelas vencidas (2)	-	-	-	-	8	-	-	-	30	38	100,0	15	100,0
1 a 14.....	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	11,7	-	-
15 a 30.....	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	12,0	6	37,5
31 a 60.....	-	-	-	-	4	-	-	-	5	9	23,3	4	25,0
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12,5
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	32,6	3	25,0
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	20,4	-	-
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	12	-	-	-	35	47	-	125	-
Provisão específica.....	-	-	-	-	-	-	-	-	35	35	35	39	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco									Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		% (1)		% (1)
Operações em curso normal (2)													
Parcelas vencidas.....	26	-	540	332	27	-	-	-	242	1.167	100,0	1.753	100,0
1 a 30.....	2	-	225	77	2	-	-	-	242	548	45,1	231	54,7
31 a 60.....	2	-	49	17	2	-	-	-	-	70	5,8	128	3,3
61 a 90.....	3	-	49	17	2	-	-	-	-	71	5,8	121	4,6
91 a 180.....	8	-	107	46	7	-	-	-	-	168	13,8	787	13,7
181 a 360.....	11	-	36	49	14	-	-	-	-	110	9,0	299	18,7
Acima de 360.....	-	-	74	126	-	-	-	-	-	200	16,5	187	4,9
Vencidas até 14 dias	-	-	44	4	-	-	-	-	-	48	-	-	-
Subtotal	26	-	584	336	27	-	-	-	242	1.215	100,0	1.753	100,0
Provisão genérica.....	-	-	5	10	3	-	-	-	242	260	-	259	-
Total geral em 31 de dezembro de 2020	26	-	584	336	39	-	-	-	277	1.262	-	-	-
Provisão existente.....	-	-	5	10	3	-	-	-	277	295	-	-	-
Provisão mínima requerida.....	-	-	5	10	3	-	-	-	277	295	-	-	-
Provisão complementar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	484	816	258	-	-	56	-	-	264	-	-	1.878	-
Provisão existente.....	2	8	8	-	-	16	-	-	264	-	-	298	-
Provisão mínima requerida.....	2	8	8	-	-	16	-	-	264	-	-	298	-
Provisão complementar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

	Operação							Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias		%		%
Exposição.....											
Total em 2020	916	299	13	-	-	34	-	-	-	1.262	-
Total em 2019	780	973	48	21	56	-	-	-	-	1.878	-

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	% (1)	R\$ mil	% (1)
Maior devedor.....	246	19,5	719	38,3
Dez maiores devedores.....	1.084	85,9	1.544	82,2
Vinte maiores devedores.....	1.262	100	1.834	97,7
Cinquenta maiores devedores.....	1.262	100	1.878	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado.....	32	2,5	80	4,3
Transportes e concessão.....	32	2,5	80	4,3
Pessoa física.....	1.230	97,5	1.798	95,7
Total	1.262	100,0	1.878	100,0

continua...



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

f) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e títulos descontados.....	-	-	-	252
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	267	350	350	1.503
Total	267	350	350	1.755

g) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

l) Composição - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	Mínima requerida		Provisão				Total em 31 de dezembro de 2020	%	Total em 31 de dezembro de 2019	%
	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica		Genérica	Total	Complementar				
		Vencidas	Vincendas							
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,6
A.....	0,5	-	-	-	-	-	-	-	8	2,7
B.....	1,0	-	-	5	5	-	5	2,0	8	2,7
C.....	3,0	-	-	10	10	-	10	3,4	8	2,7
Subtotal	-	-	-	15	15	-	15	5,4	18	6,0
D.....	10,0	-	-	3	3	-	3	1,4	-	-
E.....	30,0	-	-	-	-	-	-	-	16	5,4
F.....	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G.....	70,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
H.....	100,0	30	5	35	242	277	276	93,2	264	88,6
Subtotal	-	30	5	35	245	280	280	94,6	280	94,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	-	30	5	35	260	295	295	-	-	-
%.....	-	10,1	1,7	11,8	88,2	100,0	-	100,0	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	-	5	34	39	259	298	-	-	298	-
%.....	-	1,7	11,4	13,1	86,9	100,0	-	-	-	100,0

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
- Provisão específica (1).....	39	49
- Provisão genérica (2).....	259	910
Saldo inicial em 1º de janeiro	298	959
Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(3)	(662)
Baixas para prejuízo.....	5	1.323
Saldo final em 31 de dezembro	296	298
- Provisão específica (1).....	35	39
- Provisão genérica (2).....	245	259

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em controladas e coligadas".

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

	Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Empresas		
Serel Participações em Imóveis S.A.	259.026	255.061
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	56.525	55.822
Tecnologia Bancária S.A.	61.592	48.503
Total	377.143	359.386

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas e de controle compartilhado" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
						Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serel Participações em Imóveis S.A.	610.000	2.310.849	1.640	11,356734	40.302	4.577	7.815
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	31.200	56.527	31.200	99,999996	710	710	1.711
Tecnologia Bancária S.A.	544.074	676.290	390.062	9,107315	143.126	13.089	5.684
Total						18.376	15.210

9) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
				Instalações, móveis, máquinas e equipamentos....	10%
Sistema de processamento de dados.....	20%	112	(83)	29	39
Total em 31 de dezembro de 2020	-	721	(465)	256	-
Total em 31 de dezembro de 2019	-	790	(500)	290	-

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
				Software.....	20%
Total em 31 de dezembro de 2020	-	586	(573)	13	-
Total em 31 de dezembro de 2019	-	586	(552)	34	-

11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Devedores por depósito em garantia.....	1.004.148	1.113.146	
Títulos e créditos a receber.....	317.777	305.025		
Títulos patrimoniais.....	9	9		
Ações e cotas.....	-	34		
Total	1.321.934	1.418.214		

12) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Impostos e contribuições a compensar.....	147.672	27.800	
Investimentos por incentivos fiscais.....	2.097	2.097		
Dividendos a receber.....	50	117		
Outros investimentos.....	11	11		
Outros.....	21.871	142.454		
Total	171.701	172.478		

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Depósitos:			
- A prazo.....	12.520.312	1.872.621	14.392.933	100.051
Total em 31 de dezembro de 2020	12.520.312	1.872.621	14.392.933	100,0
%.....	87,0	13,0	100,0	-
Total em 31 de dezembro de 2019	-	100.051	100.051	-
%.....	-	100,0	100,0	-

b) Despesas de intermediação financeira

	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro 2020		2019	
	Operações de captação no mercado.....	(139.189)	(243.127)	(139.189)	(243.127)	(5.179)
Total	(139.189)	(243.127)	(139.189)	(243.127)	(5.179)	(5.179)

14) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Provisão para contingências.....	940.965	924.408	
Provisão para pagamentos a efetuar.....	2.087	4.204		
Outras.....	5.679	4.297		
Total	948.731	932.909		

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingente

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetutados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco BERJ não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

- PIS e da Cofins no montante de R\$ 845.396 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 829.813 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco BERJ são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro de 2019		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.191	85.552	835.665
Atualização monetária.....	220	2.600	15.653
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	390	(485)	-
Pagamentos.....	(59)	(1.762)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.742	85.905	851.318

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 3.322 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 4.597 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.184.161 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 982.051 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 743.914 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 698.751 mil); e

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 287.645 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 283.299 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Credores diversos.....	39.727	40.686	
Impostos e contribuições a recolher.....	27.477	698		
Sociais e estatutárias.....	14.328	100.300		
Outros.....	2.619	2.623		
Total	84.151	144.307		

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 3.087.000 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (Em 31 de dezembro de 2019 - 155.463 ações ordinárias).

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros.....	628.433	618.310
- Reserva legal (1).....	218.194	214.222
- Reservas estatutárias (2).....	410.239	404.088

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido.....	79.451	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	3.972	
Base de cálculo	75.479	
Juros sobre o capital próprio (1).....	4.542	25%
Dividendos provisionados a pagar.....	14.328	

(1) Em 28 de fevereiro de 2020, foi deliberado juros sobre o capital próprio aos acionistas de R\$ 55.000 mil, sendo R\$ 50.458 mil com utilização de reservas estatutárias e R\$ 4.542 mil com o resultado obtidos no exercício de 2020. O valor provisionado foi pago em 31 de março de 2020.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos.....	355	1.413	3.186
Benefícios.....	667	2.122	4.768
Encargos sociais.....	124	649	880
Participação dos empregados nos lucros.....	46	135	318
Total	1.192	4.319	9.152

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serviços técnicos especializados.....	2.522	4.752	3.411
Sistema financeiro.....	1.078	1.901	358
Serviços de terceiros.....	156	390	524
Condomínio.....	127	240	328
Aluguéis.....	171	223	344
Propaganda, publicidade e publicações.....	77	143	207
Comunicações.....	48	108	123
Depreciações e amortizações.....	46	97	136
Transporte.....	3	18	37
Viagens.....	1	10	77
Outras.....	568	703	944
Total	4.797	8.585	6.489

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins.....	2.203	4.683	6.295
Contribuição ao PIS.....	358	761	1.023
Despesas com impostos IPTU.....	-	674	1.339
Impostos e taxas.....	92	272	2.732
Total	2.653	6.390	11.389

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Atualização sobre depósitos vinculados.....	7.787	20.905	41.349
Atualização monetária sobre precatórios a receber.....	9.034	14.994	12.482
Reversão de provisão operacional.....	515	2.809	1.570
Recuperação de encargos e despesas.....	11	1.027	6.393
Juros sobre impostos a compensar.....	181	571	1.314
Variação monetária ativa.....	-	525	2.013
Total	17.528	40.831	65.121

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Variação monetária passiva.....	5.722	15.976	32.174
Outras contingências.....	2.088	4.220	27.231
Outras.....	-	350	6.618
Total	7.810	20.546	66.023

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações entre partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas e Controladas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	561.896	98.003	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	16.001.204	2.281.760	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	50	90
Passivos				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	14.328	100.300	-	-
Outros passivos.....	14.392.933	100.051	-	-
			2º semestre de 2020 - R\$ mil	
			Controlador (1)	Coligadas e Controladas
Receitas de intermediação financeira.....	-	-	183.738	-
Despesas de intermediação financeira.....	-	-	(139.189)	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	-	-	-	(171)
			Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
			Controlador	Coligadas e Controladas
	2020	2019	2020	2019
Resultado				
Receitas de intermediação financeira.....	340.866	130.258	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(243.127)	(5.179)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	-	-	(223)	(344)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 1 mil (Em 2019 - R\$ 932 mil) para remuneração dos Administradores. Não foi determinado valores (Em 2019 - R\$ 356 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos.....	-	-	741
Total	-	-	741

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2020	2019	
Plano de previdência complementar de contribuição definida.....	-	-	356
Total	-	-	356

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	100.192	84.116	167.877
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	(45.086)	(37.852)	(67.151)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas.....	4.818	8.269	6.084
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(371)	(716)	(1.619)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	24.750	47.200
Outros valores (1).....	775	884	49.729
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(39.864)	(4.665)	34.243

(1) Variação inclui basicamente: (i) o efeito em 2019 de R\$ 50.480 mil, referente a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(13.073)	(16.198)	(38.157)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias.....	(11.642)	26.988	51.256
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social.....	(6.733)	(6.869)	9.593
Prejuízo fiscal.....	(8.416)	(8.586)	11.551
Total dos ativos fiscais diferidos.....	(26.791)	11.533	72.400
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(39.864)	(4.665)	34.243

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização	Em 31 de dezembro de 2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	4.156	13	(15)	4.154
Provisões cíveis.....	38.498	839	(680)	38.657
Provisões fiscais.....	383.148	7.094	-	390.242
Provisões trabalhistas.....	1.436	258	(10)	1.684
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	88.128	3.421	(446)	91.103
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	37.856	-	(370)	37.486
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	-	16.437	-	16.437
Outros.....	55.863	845	(398)	56.310
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	609.085	28.907	(1.919)	636.073
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	38.174	-	(15.455)	22.719
Total dos créditos tributários.....	647.259	28.907	(17.374)	658.792
Obrigações fiscais diferidas.....	198.330	9.325	(28.840)	178.815
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	448.929	19.582	11.466	479.977

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Base negativa	Contribuição social	Total
2021.....	6.658	5.326	4.443	3.554	19.981
2022.....	313.802	250.038	-	-	563.840
2023.....	3.530	2.824	5.699	229	12.282
2024.....	486	388	8.794	-	9.668
2025.....	28.641	22.913	-	-	51.554
Após 2026.....	815	652	-	-	1.467
Total	353.932	282.141	18.936	3.783	658.792

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 641.172 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 615.801 mil), sendo: R\$ 619.260 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 579.709 mil) de diferenças temporárias e R\$ 21.912 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 36.092 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Bradesco BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/ Baixas	Em 31 de dezembro de 2020
Ganhos de capital.....	18.600	-	(77)	18.523
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários.....	3.355	-	(3.355)	-
Atualização de depósitos judiciais.....	173.828	9.325	(24.957)	158.196
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias.....	195.783	9.325	(28.389)	176.719
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	2.547	-	(451)	2.096
Total dos impostos diferidos.....	198.330	9.325	(28.840)	178.815

25) BALANÇO POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades.....	53	-	-	-	-	53
Instrumentos financeiros..	568.521	3.342.874	52.212	14.152.642	9	18.116.258
- Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	561.896	-	-	-	-	561.896
- Títulos e valores mobiliários.....	5.982	3.342.564	52.103	12.830.517	-	16.231.166
- Operações de crédito.....	643	310	109	200	-	1.262
- Outros instrumentos financeiros.....	-	-	-	1.321.925	9	1.321.934
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(282)	(6)	(3)	(4)	-	(295)
- Operações de crédito.....	(282)	(6)	(3)	(4)	-	(295)
Créditos tributários.....	-	39.229	39.229	580.334	-	658.792
Investimentos em coligadas e controladas..	-	-	-	-	377.143	377.143
Imobilizado de uso.....	-	-	-	-	721	721
Intangível.....	-	-	-	-	586	586
Depreciações e amortizações.....	-	-	-	-	(1.038)	(1.038)
						

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 79.451 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 79.469 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (18) mil líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2020: i. Provisão de Reestruturação R\$ (19) mil.

Nosso resultado contábil em 2019 foi de R\$ 202.120 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 153.506 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ 48.614 mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2019: i. Programa de Desligamento Voluntário 2019 - PDV - R\$ (1.844) mil; ii. Crédito Tributário - R\$ 50.833 mil; e iii. Passivos Contingentes - R\$ (375) mil.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

d) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 957 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.419 mil).

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pelo Bradesco foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

f) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

g) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. ("BERJ") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de Dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Bradesco BERJ S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Bradesco BERJ S.A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Bradesco BERJ S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 10 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/FCarlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Id: 2302706

Você precisa de um certificado digital? Que seja um da Imprensa Oficial.

Agende seu horário e receba seu certificado na hora!

A partir de:
Pessoa Física R\$105
Pessoa Jurídica R\$130



Certificado Digital

Descontos especiais para:
ME; EPP/MEI; EIRELLI

Agendamento:

Site: certificadodigital.ioerj.com.br

Telefone: 0800 28 44 675

Locais de atendimento:

Edifício Menezes Cortes (R. São José, 35 - sala 222) - Centro do Rio

Sede da Imprensa Oficial (Rua Profº Heitor Carrilho, 81) - Niterói

Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Quarta-feira, 10 de Março de 2021 às 23:52:36 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2020, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 79 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 3.717 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 19.322 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada

exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros. A Instituição possui participação societária nas empresas BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Serel Participações em Imóveis S.A. e Tecnologia Bancária S.A.

Rio de Janeiro, RJ, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades.....	4	53	56	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		14.392.933	100.051
Instrumentos Financeiros.....		18.116.258	3.906.680	- Recursos de Instituições Financeiras.....	13	14.392.933	100.051
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	561.896	98.003	Provisões.....		948.731	932.909
- Títulos e Valores Mobiliários.....	6	16.231.166	2.388.585	- Outras Provisões.....	14	948.731	932.909
- Operações de Crédito.....	7	1.262	1.878	Impostos Diferidos.....	24	178.815	198.330
- Outros Instrumentos Financeiros.....	11	1.321.934	1.418.214	Outros Passivos.....	16	84.151	144.307
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....		(295)	(298)	Total do Passivo.....		15.604.630	1.375.597
- Operações de Crédito.....	7	(295)	(298)	Patrimônio Líquido.....			
Créditos Tributários.....	24	658.792	647.259	- Capital Social.....	17	3.87.000	3.087.000
Investimentos em Controladas e Coligadas.....	8	377.143	359.386	- Reservas de Lucros.....	17	628.433	618.310
Imobilizado de Uso.....	9	721	790	- Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		1.993	3.113
Intangível.....	10	586	586	Total do Patrimônio Líquido.....		3.717.426	3.708.423
Depreciações e Amortizações.....		(1.038)	(1.052)				
- Imobilizado de Uso.....	9	(465)	(500)				
- Intangível.....	10	(573)	(552)				
Outros Ativos.....	12	171.701	172.478				
Valor Recuperável de Ativos.....		(1.865)	(1.865)				
Total do Ativo.....		19.322.056	5.084.020	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		19.322.056	5.084.020

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre	2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira.....		226.304	305.893	151.282
Operações de Crédito.....	7	267	350	1.755
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6	226.037	305.543	149.527
Despesas da Intermediação Financeira.....		(139.189)	(243.127)	5.179
Operações de Captações no Mercado.....	13	(139.189)	(243.127)	5.179
Resultado da Intermediação Financeira.....		87.115	62.766	146.103
Reversão/(Despesa) de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....		(24)	3	662
- Operações de Crédito.....	7	(24)	3	662
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....		87.091	62.769	146.765
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		12.419	19.462	13.757
Despesa de Pessoal.....	18	(1.192)	(4.319)	(9.152)
Outras Despesas Administrativas.....	19	(4.797)	(8.585)	(6.489)
Despesas Tributárias.....	20	(2.653)	(6.390)	(11.389)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas.....	8	10.708	18.376	15.210
Outras Receitas Operacionais.....	21	17.528	40.831	65.121
Outras Despesas Operacionais.....	22	(7.810)	(20.546)	(66.023)
(Despesa)/Reversão de Provisões.....	15	635	95	26.479
- Trabalhista.....		(155)	(390)	601
- Fiscais.....				14.339
- Cíveis.....				11.539
Resultado Operacional.....		99.510	82.231	160.522
Resultado Não Operacional.....		682	1.885	7.355
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....		100.192	84.116	167.877
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	24	(39.884)	(4.665)	34.243
Lucro Líquido.....		60.308	79.451	202.120
Lucro por ação em R\$.....		388,05	511,06	1.300,12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício.....	60.328	79.451	202.120
Outros Resultados Abrangentes.....	2	(1.120)	(791)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	2	(1.120)	(791)
Resultado Abrangente do Exercício.....	60.330	78.331	201.329

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2018.....	3.087.000	204.115	330.075	3.904	-	3.625.094
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(791)	-	(791)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	202.120	202.120
Destinações - Reservas.....	-	10.107	74.013	-	(84.120)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	-	-	(118.000)	(118.000)
Saldos em 31.12.2019.....	3.087.000	214.222	404.088	3.113	-	3.708.423
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(1.120)	-	(1.120)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	79.451	79.451
Destinações - Reservas.....	-	3.972	56.609	-	(60.581)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	(50.458)	-	(4.542)	(55.000)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(14.328)	(14.328)
Saldos em 31.12.2020.....	3.087.000	218.194	410.239	1.993	-	3.717.426
Saldos em 30.6.2020.....	3.087.000	215.178	367.255	1.991	-	3.671.424
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	2	-	2
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	60.328	60.328
Destinações - Reservas.....	-	3.016	42.984	-	(46.000)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(14.328)	(14.328)
Saldos em 31.12.2020.....	3.087.000	218.194	410.239	1.993	-	3.717.426

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	100.192	84.116	167.877
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(139)	6.879	(48.561)
(Despesas)/Reversão de Provisão para Perdas Esperadas.....	24	(3)	(662)
Depreciação e Amortização.....	46	97	136
Reversão de Provisão por Desvalorização de Ativos.....	(329)	(821)	(8.321)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(10.708)	(18.376)	(15.210)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	5.931	18.378	16.905
Perdas por Impairment de Ativos.....	4.897	7.603	(41.184)
Outros.....	-	1	(225)
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	100.053	90.995	119.316
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	-	-	302.522
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	450.338	(13.847.430)	(978.279)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	364	664	19.875
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	111.078	90.152	136.393
(Aumento)/Redução em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....	(265.246)	14.292.881	100.051
(Aumento)/Redução em Provisões.....	6.822	15.821	10.057
(Aumento)/Redução em Outros Passivos.....	(7.814)	(128.504)	(12.497)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.007)	(8.320)	(28.419)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais.....	389.388	506.259	(330.982)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	15.281	4.298	(3.448)
Dividendos Recebidos.....	-	90	103
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	-	(58)	(70)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	16	16	-
Aquisição de Intangível.....	-	-	(12)
Alienação de Investimento.....	34	34	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	15.331	4.380	(3.427)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(46.750)	(22.207)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	-	(46.750)	(22.207)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	404.719	463.890	(356.616)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	157.230	98.059	454.675
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	561.949	561.949	98.059
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	404.719	463.890	(356.616)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertencentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades.

O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2120 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do BERJ evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e ajustes ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do BERJ.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas no período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas das provisões de risco, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva liquidação; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseado geralmente em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de risco (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

As operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos níveis de risco de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para os créditos tributários são ajustadas a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Período de atraso (1)	Classificação do cliente	
• de 15 a 30 dias.....	B	
• de 31 a 60 dias.....	C	
• de 61 a 90 dias.....	D	
• de 91 a 120 dias.....	E	
• de 121 a 150 dias.....	F	
• de 151 a 180 dias.....	G	
• superior a 180 dias.....	H	

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos níveis de risco de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para os créditos tributários são ajustadas a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

As operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos níveis de risco de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para os créditos tributários são ajustadas a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

As operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos níveis de risco de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.189/15 e retornado a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o Lucro Líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital, não são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os custos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e outros equipamentos - 10% ao ano, sistema de transportes - 10% a 20% ao ano, e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Software - São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de conduzir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata die*), quando aplicável.

Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional

Total de disponibilidades (caixa)

Aplicações no mercado aberto (1)

Total de caixa e equivalentes de caixa

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Aplicações em depósitos interfinanceiros:

Aplicações em operações compromissadas - Posição de bancada

Total em 2020

Total em 2019

%

%

b) Recitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada

Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros

Total (Nota 6c)

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro de 2020				Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	38.935	15.958	41.467	96.360	91.720	4.640	106.825	5.659
Letras financeiras do tesouro	-	38.935	15.958	15.305	70.198	70.396	(198)	76.365	(1)
Moedas de privatização	-	-	-	26.162	26.162	21.324	4.838	30.460	5.660
Títulos privados	5.982	3.303.629	40.818	12.784.377	16.134.806	16.181.794	(46.988)	2.281.760	(1.391)
Letras financeiras	5.982	3.303.629	36.145	12.655.448	16.001.204	16.046.156	(44.952)	2.281.760	(1.391)
Letras imobiliárias garantidas	-	-	4.673	128.929	133.602	135.638	(2.036)	-	-
Total geral	5.982	3.342.564	56.776	12.825.844	16.231.166	16.273.514	(42.348)	2.388.585	(4.268)

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro de 2020				Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	5.982	3.342.564	56.776	12.786.580	16.191.902	16.238.907	(47.005)	2.358.125	(1.392)
Letras financeiras	5.982	3.303.629	36.145	12.655.448	16.001.204	16.046.156	(44.952)	2.281.760	(1.391)
Letras financeiras do tesouro	-	38.935	15.958	2.203	57.096	57.113	(17)	73.365	(1)
Letras imobiliárias garantidas	-	-	4.673	128.929	133.602	1			



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020 / 2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	7.710	12.649
Títulos de renda fixa.....	223.224	300.497
Perdas permanentes.....	(4.897)	(7.603)
Total	226.037	305.543

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS

a) Modalidades e prazos

Curso normal											R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (A)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (A)	%		
Outros créditos.....	596	70	71	168	110	200	1.215	100,0	1.753	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2020	596	70	71	168	110	200	1.215	100,0	1.753	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	232	127	121	786	300	187	1.878					

Curso anormal											R\$ mil	
Parcelas vencidas												
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (B)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (B)	%		
Outros créditos.....	9	9	-	12	8	38	38	100,0	15	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9	9	-	12	8	38	38	100,0	15	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	6	4	2	3	-	15	15					

Curso anormal											R\$ mil	
Parcelas vencidas												
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (C)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (C)	%		
Outros créditos.....	9	-	-	-	-	-	9	100,0	110	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9	-	-	-	-	-	9	100,0	110	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	7	7	7	21	42	26	110		110	100,0		

Total geral											R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)						%		Em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)		%	
Outros créditos.....	1.262						100,0		1.878		100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2020	1.262						100,0		1.878		100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2019									1.878		100,0	

b) Modalidades e níveis de risco

Níveis de risco											R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	%	Em 31 de dezembro de 2019	%
Outros créditos.....	26	-	584	336	39	-	-	-	277	1.262	100,0	1.878	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	26	-	584	336	39	-	-	-	277	1.262	100,0	1.878	100,0
%	2,1	-	46,2	26,6	3,3	-	-	-	21,8	100,0		1,878	
Total geral em 31 de dezembro de 2019	-	484	816	258	-	56	-	-	264	1.878		1.878	100,0
%	-	25,8	43,5	13,7	-	3,0	-	-	14,0				

c) Faixa de vencimento e níveis de risco

l) Níveis de risco

Níveis de risco													
Operações em curso anormal (3)													
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vencidas	-	-	-	-	4	-	-	-	5	9	100,0	110	100
1 a 30.....	-	-	-	-	4	-	-	-	5	9	100,0	7	6,4
31 a 60.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6,4
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	18,4
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	37,6
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	24,8
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	100,0
Parcelas vencidas (2)	-	-	-	-	8	-	-	-	30	38	100,0	15	100,0
1 a 14.....	-	-	-	-	4	-	-	-	4	4	11,7	-	-
15 a 30.....	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	12,0	6	37,5
31 a 60.....	-	-	-	-	4	-	-	-	5	9	23,3	4	25,0
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12,5
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	32,6	3	25,0
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	20,4	-	-
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	12	-	-	-	35	47	-	125	-
Provisão específica.....	-	-	-	-	-	-	-	-	35	35	-	39	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Níveis de risco													
Operações em curso normal (2)													
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vencidas	26	-	540	332	27	-	-	-	242	1.167	100,0	1.753	100,0
1 a 30.....	2	-	225	77	2	-	-	-	242	548	45,1	231	54,7
31 a 60.....	2	-	49	17	2	-	-	-	-	70	5,8	128	3,3
61 a 90.....	3	-	49	17	2	-	-	-	-	71	5,8	121	4,6
91 a 180.....	8	-	107	46	7	-	-	-	-	168	13,8	787	13,7
181 a 360.....	11	-	36	49	14	-	-	-	-	110	9,0	299	18,7
Acima de 360.....	-	-	74	126	-	-	-	-	-	200	16,5	187	4,9
Vencidas até 14 dias	26	-	584	336	27	-	-	-	242	1.215	-	1.753	-
Provisão genérica.....	-	-	5	10	3	-	-	-	242	260	-	259	-
Total geral em 31 de dezembro de 2020	26	-	584	336	39	-	-	-	277	1.262	-	-	-
Provisão existente.....	-	-	5	10	3	-	-	-	277	295	-	-	-
Provisão mínima requerida.....	-	-	5	10	3	-	-	-	277	295	-	-	-
Provisão complementar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	484	816	258	-	-	56	-	-	264	-	-	1.878	-
Provisão existente.....	2	8	8	-	-	16	-	-	264	-	-	298	-
Provisão mínima requerida.....	2	8	8	-	-	16	-	-	264	-	-	298	-
Provisão complementar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

Operação								R\$ mil	
Exposição	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro	
Total em 2020	916	299	13	-	-	34	-	1.262	
Total em 2019	780	973	48	21	56	-	-	1.878	

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	% (1)	R\$ mil	% (1)
Maior devedor.....	246	19,5	719	38,3
Dez maiores devedores.....	1.084	85,9	1.544	82,2
Vinte maiores devedores.....	1.262	100	1.834	97,7
Cinquenta maiores devedores.....	1.262	100	1.878	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado	32	2,5	80	4,3
Transportes e concessão.....	32	2,5	80	4,3
Pessoa física	1.230	97,5	1.798	95,7
Total	1.262	100,0	1.878	100,0

f) Receitas de operações de crédito

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020 / 2019
Empréstimos e títulos descontados.....	-	252
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	267	350
Total	267	1.503

continua

continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

l) Composição - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	Provisão						R\$ mil		
	% Mínimo de provisionamento requerido	Mínima requerida		Total específica	Genérica	Total	Complementar	Total em 31 de dezembro de 2020	Total em 31 de dezembro de 2019
		Vencidas	Vincendas					%	%
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	-	-	-	-	2
B	1,0	-	-	-	5	5	5	2,0	8
C	3,0	-	-	-	10	10	10	3,4	8
Subtotal		-	-	-	15	15	15	5,4	18
D	10,0	-	-	-	3	3	4	1,4	-
E	30,0	-	-	-	-	-	-	-	16
F	50,0	-	-	-	-	-	-	-	5,4
G	70,0	-	-	-	-	-	-	-	-
H	100,0	30	5	35	242	277	276	93,2	264
Subtotal		30	5	35	245	280	280	94,6	280
Total geral em 31 de dezembro de 2020		30	5	35	250	295	295	100,0	298
%		10,1	1,7	11,8	88,2	100,0	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019		5	34	39	259	298	-	-	298
%		1,7	11,4	13,1	86,9	100,0	-	-	100,0

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2020	2019
- Provisão específica (1)	39	49
- Provisão genérica (2)	259	910
Saldo inicial em 1º de janeiro	298	959
Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3)	(662)
Baixas para prejuízo	5	5
Saldo final em 31 de dezembro	296	298
- Provisão específica (1)	35	39
- Provisão genérica (2)	245	259

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias, e
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas e de controle compartilhado" e, estão demonstrados abaixo.

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
						Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serel Participações em Imóveis S.A.	610,000	2,310,849	1,640	11,356734	40,302	4,577	7,815
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	31,200	56,527	31,200	99,999996	710	710	1,711
Tecnologia Bancária S.A.	544,074	676,290	390,062	9,107315	143,126	13,089	5,684
Total						18,376	15,210

9) IMOBILIZADO DE USO

Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos	10%	609	(382)	227
Sistema de processamento de dados	20%	112	(83)	29
Total em 31 de dezembro de 2020		721	(465)	256
Total em 31 de dezembro de 2019		790	(500)	290

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Taxa	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Software	20%	586	(573)	13
Total em 31 de dezembro de 2020		586	(573)	13
Total em 31 de dezembro de 2019		586	(552)	34

11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Devedores por depósito em garantia	1.004.148	1.113.146
Títulos e créditos a receber	317.777	305.025
Títulos patrimoniais	9	9
Ações e cotas	-	34
Total	1.321.934	1.418.214

12) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições a compensar	147.672	27.800
Investimentos por incentivos fiscais	2.097	2.097
Dividendos a receber	50	117
Outros investimentos	11	11
Outros	21.871	142.454
Total	171.701	172.478

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos:					
- A prazo	-	12.520.312	1.872.621	14.392.933	100.051
Total em 31 de dezembro de 2020	-	12.520.312	1.872.621	14.392.933	100,0
%	-	87,0	13,0	100,051	100,051
Total em 31 de dezembro de 2019	-	100.051	100,0	100,0	100,0

b) Despesas de intermediação financeira

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	31 de dezembro 2020	2019
Operações de captação no mercado	(139.189)	(243.127)	(5.179)
Total	(139.189)	(243.127)	(5.179)

14) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências	940.965	924.408
Provisão para pagamentos a efetuar	2.087	4.200
Outras	6.679	4.297
Total	948.731	932.905

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingente

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição e parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuidos nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco BERJ não têm valores individuais relevantes.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em controladas e coligadas".

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

Empresas	Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Serel Participações em Imóveis S.A.	259.026	255.061
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	56.525	55.822
Tecnologia Bancária S.A.	61.592	48.503
Total	377.143	359.386

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas e de controle compartilhado" e, estão demonstrados abaixo.

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
						Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serel Participações em Imóveis S.A.	610,000	2,310,849	1,640	11,356734	40,302	4,577	7,815
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	31,200	56,527	31,200	99,999996	710	710	1,711
Tecnologia Bancária S.A.	544,074	676,290	390,062	9,107315	143,126	13,089	5,684
Total						18,376	15,210

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:
- FIS e da Cofins no montante de R\$ 845,396 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 829,813 mil); pleiteia calcular e reconhecer o FIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco BERJ são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.191	85.552	835.665
Atualização monetária	220	2.600	15.653
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	390	(485)	-
Pagamentos	(59)	(1.762)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.742	85.905	851.318

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que - Autuação de INPI e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ação na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 743,914 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 698,751 mil); e - Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9,718/98), no montante de R\$ 287,645 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 283,299 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - o Banco Bradesco, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Credores diversos	39.727	40.686
Impostos e contribuições a recolher	27.477	698
Sociais e estatutárias	14.328	100.300
Outros	2.619	2.623
Total	84.151	144.307

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Capital social	3.087.000	3.087.000
Reservas de lucros	628.433	618.310
- Reserva legal (1)	218.194	214.222
- Reservas estatutárias (2)	410.239	404.088
Total	3.715.433	3.705.310

a) **Capital social**
O capital social, no montante de R\$ 3.087.000 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 159,463 ações ordinárias (Em 31 de dezembro de 2019 - 155,445 ações ordinárias).

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	628.433	618.310
- Reserva legal (1)	218.194	214.222
- Reservas estatutárias (2)	410.239	404.088

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realçado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	79.451	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	3.972	
Base de cálculo	75.479	
Juros sobre o capital próprio (1)	4.542	25%
Dividendos provisionados a pagar	14.328	

(1) Em 28 de fevereiro de 2020, foi deliberado juros sobre o capital próprio aos acionistas de R\$ 55,000 mil, sendo R\$ 50,458 mil com utilização de reservas estatutárias e R\$ 4,542 mil com o resultado obtidos no exercício de 2020. O valor provisionado foi pago em 31 de março de 2020.

continua...

continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Proventos	355	1.413	3.186
Benefícios	667	2.122	4.768
Encargos sociais	124	649	680
Participação dos empregados nos lucros	46	135	318
Total	1.192	4.319	9.152

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Serviços técnicos especializados	2.522	4.752	3.411
Sistema financeiro	1.078	1.901	358
Serviços de terceiros	156	390	524
Condomínio	127	240	328
Aluguéis	171	223	344
Propaganda, publicidade e publicações	77	343	207
Comunicações	48	108	123
Depreciações e amortizações	46	97	136
Transporte	3	18	37
Viagens	1	10	77
Outras	568	703	944
Total	4.797	8.585	6.489

20) DESPESAS TRIBUTARIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Contribuição à Cofins	2.203	4.683	6.295
Contribuição ao PIS	358	761	1.023
Despesas com impostos IPTU	-	674	1.339
Impostos e taxas	92	272	2.732
Total	2.653	6.390	11.389

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Atualização sobre depósitos vinculados	7.787	20.905	41.349
Atualização monetária sobre precatórios a receber	9.034	14.994	12.482
Reversão de provisão operacional	515	2.809	1.570
Recuperação de encargos e despesas	11	1.027	6.393
Juros sobre impostos a compensar	181	571	1.314
Variação monetária alívia	-	525	2.013
Total	17.528	40.831	65.121

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Variação monetária passiva	5.722	15.976	32.174
Outras contingências	2.088	4.220	27.233
Outras	-	350	6.618
Total	7.810	20.546	66.025

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações entre partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas e Controladas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	561.896	98.003	-	-
Títulos e valores mobiliários	16.001.204	2.281.760	-	-
Dividendos a receber	-	-	50	90
Passivos				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.328	100.300	-	-
Outros passivos	14.392.933	100.051	-	-

	R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Receitas de intermediação financeira	183.738	-	-	-
Despesas de intermediação financeira	(139.189)	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	-	(171)
Total	44.549	44.549	44.549	44.549

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2020	2019	2020	2019
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	340.866	130.258	-	-
Despesas de intermediação financeira	(243.127)	(5.179)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	(223)	(344)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 1 mil (Em 2019 - R\$ 932 mil) para remuneração dos Administradores. Não foi determinado valores (Em 2019 - R\$ 356 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Proventos	-	-	741
Total	-	-	741

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2020	2019	2019
Plano de previdência complementar de contribuição definida	-	-	356
Total	-	-	356

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	100.192	84.116	167.877
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(45.086)	(37.852)	(67.154)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	4.818	8.269	6.084
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(371)	(716)	(1.619)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	24.750	47.200
Outros valores (1)	775	884	49.729
Variação de renda e contribuição social do período	(39.864)	(4.665)	34.243

(1) Imposto de renda indutível basicamente: (i) o efeito em 2019 de R\$ 50.480 mil, referente a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.073)	(16.198)	(38.157)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(11.642)	26.988	51.256
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(6.733)	(6.869)	9.593
Prejuízo fiscal	(9.416)	(9.596)	11.555
Total dos ativos fiscais diferidos	(26.791)	11.533	72.400
Imposto de renda e contribuição social do período	(39.864)	(4.665)	34.243

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		Em 31 de dezembro de 2020
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.156	13	(15)
Provisões civis	38.498	839	(680)
Provisões fiscais	383.148	7.094	390.242
Provisões trabalhistas	1.436	258	(10)
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	88.128	3.421	(446)
Provisão para desvalorização de bens não de uso negociação	37.856	-	(370)
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	16.437	-
Outros	55.863	845	(398)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	609.085	28.907	(1.919)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	38.174	-	(15.455)
Total dos créditos tributários	647.259	28.907	(17.374)
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	198.330	9.325	(28.840)
d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	448.929	19.582	11.466

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
2021	313.802	250.038	-	563.840
2022	3.530	2.824	5.699	12.282
2024	486	388	8.794	9.668
2025	28.841	22.913	-	51.554
Após 2026	815	652	-	1.467
Total	353.932	282.141	18.936	3.783

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 641.172 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 615.801 mil), sendo: R\$ 619,260 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 579,709 mil) de diferenças temporárias e R\$ 21,912 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 36,092 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Bradesco BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/ Baixas	Em 31 de dezembro de 2020
Ganhos de capital	18.600	-	(77)	18.523
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	3.355	-	(3.355)	-
Atualização de depósitos judiciais	173.828	9.325	(24.957)	158.196
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	195.783	9.325	(28.389)	176.719
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	2.547	-	(451)	2.096
Total dos impostos diferidos	198.330	9.325	(28.840)	178.815

25) BALANÇO POR PRAZO

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado
Ativo					
Disponibilidades	53	-	-	-	53
Instrumentos financeiros	568.521	3.342.874	52.212	14.152.642	9
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	561.896	-	-	-	561.896
- Títulos e valores mobiliários	5.982	3.342.564	52.103	12.830.517	16.231.166
- Operações de crédito	643	310	109	200	1.262
- Outros instrumentos financeiros	-	-	-	1.321.925	9
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(282)	(6)	(3)	(4)	(295)
- Operações de crédito	(282)	(6)	(3)	(4)	(295)
Créditos tributários	-	39.229	39,229	580,334	658,792
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	377,143
- Imobilizado de uso	-	-	-	-	721
- Intangível	-	-	-	-	586
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(1,038)
- Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(1,038)
Outros ativos	630	21,366	2,641	144,956	2,108
Valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(1,865)
Total em 31 de dezembro de 2020	568,922	3,403,463	94,079	14,877,928	377,664
Total em 31 de dezembro de 2019	194,486	1,134,140	1,758,051	2,717,343	359,996
Passivo					
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	12,520,312	1,872,621	-	14,392,933
- Recursos de instituições financeiras	-	12,520,312	1,872,621	-	14,392,933
Provisões	1,379	-	-	945,265	946,644
- Provisões para contingências	1,379	-	-	945,265	946,644
Impostos diferidos	178,815	-	-	-	178,815
Outros passivos	28,942	260	143	56,893	86,238
Total do passivo	30,321	12,520,572	1,872,764	1,180,973	15,604,630
Patrimônio líquido					
- Capital social	-	-	-	-	3,087,000
- Reservas de lucros	-	-	-	-	628,433
- Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1,993
Total do patrimônio líquido	30,321	12,520,572	1,872,764	1,180,973	3,717,426
Total em 31 de dezembro de 2020	30,321	12,520,572	1,872,764	1,180,973	3,717,426
Total em 31 de dezembro de 2019	106,170	6,297	115,720	1,14	

continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - CEP: 20091-040 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Resolução nº 3.673/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.749/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

- f) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não teve impacto significativo na Instituição.
- g) Não houve eventos subsequentes que, requeriram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5 S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. ("BERJ") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Bradesco BERJ S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Bradesco BERJ S.A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e o base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Bradesco BERJ S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 10 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028597/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP205103/O-4

CVM estuda novo regime para ofertas públicas

Autarquia quer promover mais agilidade às captações

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) iniciou nesta quarta-feira audiência pública sobre a nova regulamentação das ofertas públicas de valores mobiliários. A autarquia propõe modernizar, harmonizar e consolidar o arcabouço regulatório hoje formado por várias normas e orientações que foram editadas a partir de 2003, em especial as Instruções CVM 400 e 476. Essa audiência faz parte da Agenda Regulatória CVM 2021.

"O resultado esperado da modulação proposta pela CVM é o aumento das hipóteses de ofertas públicas conduzidas por meio do rito de registro automático, resguardando as hipóteses de análise prévia por parte da Autarquia aos casos que impõem mais riscos ao mer-

cado e aos investidores", explicou Marcelo Barbosa, Presidente da CVM.

Antonio Bervanger, Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM, explica que a autarquia espera que o regime criado seja capaz de conferir aos ofertantes e intermediários maior agilidade e impor menores custos de observância regulatória, sem deixar de simultaneamente atender aos anseios dos investidores por informações necessárias para suas decisões. Sugestões e comentários podem ser encaminhados até 8 de julho de 2021 para o e-mail publicasSDM0221@cvm.gov.br.

A audiência pública abrange três minutos:

Minuta "A" - reflete o novo regime proposto para ofertas públicas de valores mobiliários e cobre aspectos

como: (i) necessidade ou dispensa de registro das ofertas junto à CVM; (ii) ritos a serem seguidos para o registro das ofertas; (iii) etapas necessárias para a condução da oferta e os deveres dos agentes nela envolvidos; e (iv) informações a serem prestadas aos investidores, dentre outros aspectos.

Minuta "B" - trata do registro de intermediários de ofertas públicas, tópico que não possui paralelo no arcabouço regulatório vigente e que se justifica em função da maior flexibilidade que se propõe para os regimes de ofertas públicas, em muitos casos dispensando a análise prévia por parte da CVM.

Minuta "C" - limitada a promover ajustes de redação em outras normas vigentes, harmonizando a regulamentação ao novo

regime de ofertas públicas proposto.

Minuta A

A Minuta A estabelece um arcabouço único que tem, como principal característica, a previsão de diferentes ritos de registro de ofertas com exigências e informações moduladas em função do investidor a que a oferta se destina, da categoria do emissor do valor mobiliário, do tipo de ativo sendo ofertado, da habitualidade com que o emissor acessa o mercado de capitais e da eventual análise prévia por entidade autorreguladora.

Objetivos da Minuta A - trazer maior previsibilidade e segurança jurídica a respeito de atos que podem ser realizados sem a participação prévia do regulador, conferindo mais agilidade às captações de

recursos; racionalizar, reduzir e eliminar determinados documentos exigidos pelas normas atuais e requisitos associados ao processo de registro, com a sua complementação por um documento mais sucinto, objetivo, claro e que forneça maior comparabilidade, a lâmina da oferta; implementar de maneira definitiva às inovações trazidas pelas Deliberações CVM 809 e 818, que trataram da análise confidencial, fim do período de vedação e dispensa de aprovação de material publicitário; atualizar conceitos e regras relativos aos atos de comunicação e ao período de silêncio adaptados às amplas mudanças tecnológicas nas telecomunicações que caracterizaram a última década.

Minuta B

A Minuta propõe um no-

vo regime de autorização para atividade de intermediação de ofertas públicas. Tendo em vista o aumento das hipóteses de registro automático proposto na Minuta A, a CVM pretende estabelecer regras mais claras para prestação desse serviço de forma a possibilitar uma supervisão mais efetiva por parte da autarquia.

"Com mais ofertas ocorrendo sem a análise prévia da CVM, pretendemos intensificar a supervisão e fiscalização dos intermediários de ofertas públicas, de maneira a assegurar a existência de estrutura e procedimentos adequados para o contínuo cumprimento de suas obrigações", explicou Luis Miguel Sono, Superintendente de Registro de Valores Mobiliários da CVM.

Empresa de jogos populares ultrapassa US\$ 46 bi em valor de mercado

As ações da Roblox, empresa norte-americana de jogos, tiveram um salto de até 60% em sua estreia na Bolsa de Valores de Nova York nesta quarta-feira. O valor de mercado da empresa ultrapassa US\$ 46 bilhões. Com sede na Cali-

fórnia, a Roblox está entre os sites de jogos infantis mais populares do mundo e oferece uma variedade de jogos em dispositivos móveis e consoles de jogos.

"Este é um marco em uma jornada que começou

há mais de 15 anos", disse o presidente-executivo da Roblox, David Baszucki, em uma entrevista antes de as ações começarem a ser negociadas.

Em janeiro, a Roblox informou que levantou cerca de US\$ 520 milhões em

uma rodada de captação de fundos, o que então a avaliava em US\$ 29,5 bilhões, mais de sete vezes a avaliação de US\$ 4 bilhões em sua rodada anterior de meses antes.

Conforme a Reuters, a Roblox está abrindo o ca-

pital por meio de uma lista-gem direta, o que significa que a empresa não está vendendo nenhuma ação antes de sua estreia no mercado, como é o caso dos IPOs.

A Roblox se beneficiou do aumento da demanda por videogames em 2020, à me-

diada que consumidores, em meio a bloqueios para conter a Covid-19, buscaram entretenimento doméstico.

A empresa está se expandindo para outros países e fazendo incursões com usuários mais velhos, disse Baszucki.